

SETE DE SETEMBRO FOI UM NOVO CAPÍTULO DA ESTRATÉGIA DO MEDO

Cristina Charão¹

Eraldo Peres/AP Photo



Generais Walter Braga (ministro da Defesa) e Hamilton Mourão (vice-presidente) ao lado de Jair Bolsonaro no comício da Avenida Paulista em 7/9/2021: apoteose do neofascismo independe do maior ou menor êxito das manifestações

A primeira versão deste texto foi escrita às vésperas do dia 7 de setembro. Antes, portanto, que acontecessem as manifestações convocadas diretamente pelo presidente da República contra a própria República. Este poderia ser um desafio intransponível para se realizar a análise que se apresenta a seguir. Mas, infelizmente, não é. Jair Bolsonaro, dada sua larga experiência de lidar com artefatos explosivos, poderia ter armado um traque, um rojão ou uma bomba. Mas independentemente do estouro do Dia da Independência de 2021, o estrago já havia se consumado.

O que aconteceu no “Dia da Pátria” não alterou substantivamente a correlação de forças existente no país. Entre 6 e 8 de setembro, os bolsonaristas tentaram repetir a tática adotada pelos partidários de Donald Trump no Capitólio para evitar a posse de Joe Biden, embora tendo como alvo principal não o Congresso Nacional, mas o Supremo Tribunal Federal (STF). O intento não vingou. Mesmo assim, Bolsonaro conseguiu realizar manifestações expressivas em Brasília e São Paulo, ainda que a custo de expedientes nada democráticos, como a arregimentação de “militantes” remunerados e o uso de um helicóptero militar para sobrevoar a Esplanada dos Ministérios.

Do outro lado do espectro político, embora muitas pessoas tenham se deixado intimidar pelas ameaças bolsonaristas, partidos políticos de esquerda e movimentos sociais não fizeram feio e conseguiram mobilizar parte de suas bases para atos de protesto contra

o governo federal. Na capital paulista, driblaram a surpreendente proibição do governador João Doria (PSDB) — que preferiu liberar a Avenida Paulista para os apoiadores do seu adversário e ex-aliado Bolsonaro — e obtiveram uma liminar judicial que lhes garantiu a realização de um ato no Vale do Anhangabaú.

Como se pode constatar, não ocorreu um autogolpe, como muitas vezes sugere o discurso do presidente — tanto é que não estamos na clandestinidade, ao menos por enquanto. Não importa: a exposição prolongada das instituições brasileiras ao bolsonarismo já deixou rachaduras nas bases da democracia. “Os efeitos do que Bolsonaro vem fazendo desde o primeiro dia já marcaram o sistema político de uma forma muito difícil de recuperar, porque a desconfiança que ele gera nas instituições democráticas é gravíssima”, comenta Andréa Freitas, professora de Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e coordenadora do Núcleo de Instituições Políticas e Eleições do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). “Democracia é um equilíbrio fino, onde a confiança dos atores políticos uns nos outros e a confiança da população legitimam a autoridade de quem está no cargo político. Bolsonaro retira legitimidade dos governadores, do Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional. Isso está dado, mesmo sem ninguém na rua no 7 de setembro”.

Ainda que não tenham saído às ruas mais do que 100 mil bolso-

naristas em São Paulo e Brasília, a mais recente escalada na crise institucional precisa ser entendida como isso mesmo: “a mais recente”. Não é a primeira, tampouco será a última. Afinal, o *estado de crise permanente* é a maneira de governar bolsonarista. Ou melhor, de não governar. “O governo se comporta como movimento, ativando suas bases permanentemente, não deixando ninguém descansar. E por manter a tensão permanente, torna desimportante o fato de não apresentar nenhum resultado em política pública”, avalia Cláudio Couto, professor de Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Daí, por exemplo, os desastres mancheteados no último período terem influência eleitoral, mas não ajudarem a arrefecer as demonstrações de força do bolsonarismo. A falência da política econômica evidenciada na carestia dos combustíveis e alimentos, os esquemas farsescos de corrupção levantados pela CPI da Pandemia, a crise hídrica e o iminente racionamento de energia elétrica acabam sendo secundarizados no debate público pelas agendas espetaculosas e declarações “polêmicas” do presidente. Ou seja, o tensionamento construído ao longo de agosto por Bolsonaro e lideranças do bolsonarismo não foge ao surrado *script* várias vezes retomado desde as eleições de 2018. Porém, ele parece “mais tenso” que outros — e, talvez, o desenrolar destes primeiros dias de setembro tenham confirmado que, sim, a corda foi esticada.

Bolsonaro mira em 2022
O ministro Alexandre de Moraes, do STF, demonstrou poder ao mandar a Polícia Federal prender o ex-deputado federal Roberto Jefferson (PTB) e, às vésperas do 7 de setembro, emitir novos mandados de prisão: contra o blogueiro Wellington de Souza e contra o auto-intitulado “líder dos caminhoneiros” Zé Trovão

O fato de estarmos a um ano do início da campanha eleitoral precisa entrar no balanço. Não é uma coincidência que a crise em andamento tenha se iniciado com as bravatas do voto impresso e derivado para uma “especialização” das constantes reclamações sobre o STF, passando da grita genérica para ameaças diretas ao atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luis Roberto Barroso, e ao futuro, Alexandre de Moraes.

Bolsonaro mira, portanto, muito mais em 2022 do que no próximo mês. Assim, o temor de um bombástico autogolpe se dissipa, mas permanece como ameaça de não reconhecimento do resultado eleitoral. E, novamente, independentemente das condições reais de Bolsonaro realizar

o que ameaça, o estrago já está feito. “O voto é um processo que legitima quem ocupa determinada posição”, lembra Andréa Freitas. “Bolsonaro pode não se reeleger, mas o próximo presidente terá de lidar com o fato de que as pessoas não confiam nas instituições e com o esvaziamento da autoridade do cargo”.

Apesar disso, as instituições resistem.

O STF leva adiante o inquérito aberto após o surto anterior de atos contra a democracia, no início do período da pandemia e inspirado numa suposta intervenção do Supremo no direito de ir e vir ao permitir que governadores e prefeitos decidissem por medidas de restrição de mobilidade para conter casos de Covid-19. O ministro Moraes demonstrou poder ao mandar a Polícia Federal prender o ex-deputado federal e ex-presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o neobolsonarista Roberto Jefferson, em 13 de agosto. E às vésperas do 7 de setembro emitiu mandados de prisão contra dois outros expoentes do bolsonarismo: o blogueiro Wellington Macedo de Souza e o auto-intitulado “líder dos caminhoneiros” Zé Trovão. Ambos são alvos do inquérito sobre os atos antidemocráticos e violaram ordem de não se manifestar nas redes sociais.

O TSE, por sua vez, deve começar a avaliar as provas levantadas pelo inquérito das *fake news*, aberto pelo STF, tornando possível a cassação da chapa Bolsonaro-Mourão e a decretação da inelegibilidade de ambos.

No Senado, a CPI avança sobre o líder do governo na Câmara, Ri-

cardo Barros, além de fazer aumentar, a cada nova sessão, o já vasto rol de crimes de responsabilidade cometidos pelo presidente da República ou por seus auxiliares, parceiros e familiares. A casa também rejeitou o pedido de *impeachment* do ministro Alexandre de Moraes, assinado pelo próprio Bolsonaro.

Já a Câmara dos Deputados, apesar do recente acordo de pacificação entre Planalto e Centrão pago por meio de cargos no primeiro escalão e gordas emendas ao Orçamento, acabou por protagonizar a principal derrota bolsonarista do período, ao jogar no lixo a PEC que instituiu o voto impresso. Votação que ocorreu, lembremos, após o tragicômico desfile de veículos militares pela Esplanada.

Risco das pequenas violências

“Bolsonaro passa para sua base a mensagem de que tenta conversar com o sistema, mas que como excluído do processo está perdendo o jogo. Aí, ele baixa o tom para parecer que está tentando o diálogo, e em seguida fala outro absurdo”. O “sobee-desce” constrói medo, que inibe a oposição e impulsiona a base bolsonarista



Cabo da reserva do Exército no 7/9/2021: típico exemplar da base social do bolsonarismo

Apesar de alvissareiras, todas estas resistências acabam retroalimentando a narrativa bolsonarista. “Sou um homem simples, sempre fui escanteado pelo sistema, e nem como presidente me deixam trabalhar”, repete ele com variações. “Bolsonaro passa uma mensagem para sua base de que tenta conversar com o sistema, mas que, como excluído desse processo, está perdendo o jogo. Aí, ele baixa o tom para parecer que está tentando o diálogo e, em seguida, fala outro absurdo. Esse sobe-e-desce constrói medo, que, para a oposição, funciona como inibidor e, para a base bolsonarista, como impulsionador”, resume Andréa Freitas.

Ou seja: apesar de o desempenho nas pesquisas eleitorais e a avaliação de Bolsonaro serem negativos para ele, o discurso de vítima permanente do sistema funciona muito bem com parte da base fixa e fiel do bolsonarismo, que se enxerga de modo parecido. Como

aponta Cláudio Couto, é a “classe média-média, de pequenos empreendedores, pequenos empresários, certos profissionais liberais, que compõe esta base bolsonarista mais ideologizada”.

Esta base fiel gira em torno de 15% da população, porcentagem que, segundo pesquisa do Instituto Datafolha divulgada no início do julho, “concorda sempre” com as afirmações de Bolsonaro. Nela, além dos grupos já apontados, Couto ressalta a presença dos evangélicos ultraconservadores; dos setores “mais atrasados” do campo (fazendeiros, madeireiros, garimpo ilegal) e militares e policiais. Neste momento, Couto vê um “atijamento” maior entre todos os grupos, com exceção dos evangélicos, cada vez mais restritos a poucas denominações cujas lideranças seguem sustentando Bolsonaro publicamente. E esta radicalização aumenta, de cara, o risco das pequenas violências.

“Estes são os que estão dispostos a ir para briga, inclusive correndo risco. É neste grupo que está o perigo, porque podemos partir para várias formas de violência política. Pode ser desde ir às vias de fato com seus adversários, até ataques indiretos, prática de danos — como o bolsonarista que fura o pneu do vizinho de esquerda, que ‘sacaneia’ um colega no trabalho e provoca sua demissão”, avalia o professor da FGV. Pequenas violências diárias que ajudam a manter o medo em alta.

Obviamente, este risco se agrava na medida em que a base armada do bolsonarismo foi literalmente municiada por seguidas normas do governo federal que liberam a compra e uso de armamentos e munições. A milicialização já vista nos ambientes rurais e em áreas de floresta acaba se expandindo para os médios e grandes espaços urbanos, com o crescimento principalmente dos clubes de caça e tiro. Sem falar, claro, nas milícias propriamente ditas.

Armas e desarmes

Levantamento conduzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre o comportamento político de policiais civis, militares e federais revela que 38% dos agentes policiais do país estão ligados a perfis bolsonaristas em redes sociais. Entre os policiais militares a participação chega a 48%

Ao mesmo tempo, os acenos de “sublevação por cima” feitos por Bolsonaro assanham e ampliam a sua base nas forças de segurança pública. Nos primeiros dias de setembro, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou os resultados do estudo especial “Política entre os Policiais Militares, Civis e Federais no Brasil”. O levantamento acompanha o comportamento de servidores das forças de segurança de várias patentes nas redes e mostra que 38% mantêm vínculos ativos com páginas ou perfis bolsonaristas (17%) ou bolsonaristas radicais (21%). Entre 2020 e 2021, o número total de policiais circulando nestes ambientes cresceu 27%. Os policiais militares têm o maior índice de presença: 48% estão em algum dos grupos bolsonaristas, mais ou menos radicais.

Não se deve estranhar, portanto, os relatos de jornalistas que acompanham grupos bolsonaristas sobre publicações e mensagens de policiais e militares ajudando a insuflar os atos de setembro. Nem tampouco o extemporâneo pronunciamento de um coronel da ativa da Polícia Militar de São Paulo, que tinha sob comando sete batalhões e foi afastado no dia seguinte pelo governador Doria. Em tese, um papel mais enérgico dos governos estaduais tende a frear a adesão institucional das PMs a um movimento mais brusco de Bolsonaro.

Já o apoio das Forças Armadas aos desejos do ex-capitão é um capítulo à parte. Em entrevista ao podcast *Lado B do Rio*, o coronel da reserva do Exército e mestre em ciências militares Marcelo Pimentel ressalta que não é possível dissociar Bolsonaro do que ele chama de “Partido Militar”. Para Pimentel, o presidente é resultado da atuação destes militares que se organizam em torno de um ideário fortemente conservador e constituído a partir da formação dos atuais oficiais-generais no período final da Ditadura Militar (1964-1985).

Pimentel lembra que, apesar de ser considerado um pária, a presença de Bolsonaro no contato com os praças e oficiais de baixa patente foi largamente incentivada quando ele ainda concorria ao cargo de deputado. Ali nascia o “Mito”. Porém, o “Partido Militar” não necessariamente vá caminhar com ele até o final. Por seu despreparo, Bolsonaro é um fantoche que pode não ser mais útil, caso “queime o filme” do país e das Forças Armadas em suas relações internas e externas. Além disso, a aproximação entre a agenda militar e o neoliberalismo empurraria os militares em direção à chamada Terceira Via. Daí as fontes militares que falam em *off* e em *on* com a mídia, ora a favor, ora como “moderadores” de Bolsonaro, estabelecendo-se como fiéis da balança de um futuro próximo sem o “Mito”, mas também sem “a esquerda”.

Estas movimentações das Forças Armadas podem ser entendidas dentro do que Cláudio Couto chama de processo de depuração. “Na medida em que o bolsonarismo trabalha na base da radicalização constante, ele promove uma depuração, alguns setores vão vendo que é loucura demais”, avalia. Incluem-se, aí, os manifestos recentes que surgem com assinaturas de pesos-pesados do Produto Interno Bruto (PIB), incluindo o setor financeiro, ou mesmo de setores do agronegócio, especialmente o mais internacionalizado. Ou ainda o caricato caso do cantor Sérgio Reis. “Disse que ia tirar o ministro do STF a tapa, depois tem crise de glicemia. É radical até a página 2”, ironiza o professor da FGV. “Mas há segmentos que são mesmo radicais até a página 2. E o discurso de Bolsonaro tem este duplo efeito: vai diminuindo a base, vai ficando mais restrita, mas vai ficando mais radicalizada”.

A “boa notícia”, digamos assim, é que não há golpe possível sem a participação dos grandes atores do mercado sustentando os golpistas. E se o PIB ainda não embarcou nessa aventura, dificilmente embarcará em um ano. Ainda assim, o traque retumbante deste 7 de setembro e dos dois anos e nove meses que o antecederam vai ecoar na vida cotidiana das brasileiras e brasileiros por muito, muito tempo.

Nota

1 Jornalista. Especial para a Revista Adusp.